

O Ser Preto africano no « paraíso terrestre » brasileiro

Um sociólogo senegalês no Brasil

« O olhar do migrante é o mais verdadeiro ».
(Stuart Hall)

Desde a minha chegada ao Brasil para fazer a graduação em ciências sociais, interessei-me pelo estudo dos meninos de rua na cidade de Salvador. Depois de uma estada de nove anos naquela cidade, estou atualmente fazendo o doutorado no Rio de Janeiro na mesma temática. Mesmo tendo, muito cedo, direcionado os meus interesses de estudos, não podia ficar indiferente à questão racial. O racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele estão sempre na vida quotidiana. O estudante universitário tem sempre que mostrar ou provar que não « é aquele que pensam que é ». A grande maioria deles continua sustentando que a discriminação racial no Brasil seria mais ligada à situação social das pessoas negras : « O negro vítima do racismo é o negro pobre ».

Por que, então, os estudantes universitários (de ambos os sexos) pretos africanos que já estão numa condição social média alta conferida pelo nível escolar sofreriam quase quotidianamente um racismo violento ? É por isso que pretendo, com este texto, contribuir nas discussões travadas por cientistas sociais brasileiros e brasilianistas norte-americanos e europeus, a partir de um olhar crítico sobre alguns momentos que marcaram e continuam marcando a minha trajetória no Brasil.

« Você viajando com a Air France ? »

Será que os tempos ainda não mudaram ? Será que ainda hoje o preto deveria viajar nos porões dos meios de transporte, da forma como foram trazidos os seus antepassados acorrentados, para não se tornar suspeito de

ser traficante e escapar às humilhações na hora do embarque? Por falta desses meios, por que não se discutiria então a implantação de portas e/ou « elevadores de serviço¹ » para viajantes pretos nos aeroportos brasileiros? Esse novo serviço não seria menos humilhante para o viajante preto do que ser retirado da fila diante de dezenas de outros passageiros? Passar pela porta especial, assim como pelo elevador de serviço, não seria menos traumático do que ser vítima de uma revista policial num aeroporto internacional brasileiro? E, como a grande maioria da população preta/negra do país usa ou é obrigada a usar diariamente nos prédios os elevadores de serviços, o que haveria de errado ou vergonhoso em passar pela porta ou pelo elevador de serviço num aeroporto internacional a fim de embarcar? Essas perguntas e tantas outras foram feitas depois de eu ter sido humilhado pelo fato de ser um viajante de uma das companhias aéreas « mais chiques » operando no Brasil.

« Você viajando com a Air France? ». Antes de ouvir essa expressão do agente policial que chefiava a « operação caça a preto viajante », eu não sabia que estava viajando com a companhia tida no país como « a mais chique ». Se o agente policial federal tinha acabado de exprimir, de maneira irônica, a sua dúvida sobre as minhas condições financeiras, também acabara de manifestar o seu complexo de inferioridade diante do ser humano tido no Brasil como a escória social.

Depois de receber um convite do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leipzig (Alemanha) para participar de um seminário sobre a resolução de conflitos armados na África, dividi essa alegria com alguns amigos e colegas. Durante os meus preparativos de viagem (visto e outros contatos), a maioria dos meus amigos não parava de exprimir suas preocupações com relação à minha segurança na Alemanha. Estava indo, segundo eles, para o país dos neonazistas radicais. Mesmo ciente do perigo, não estava muito preocupado com a possibilidade de ser vítima de agressões neonazistas.

Quando cheguei ao aeroporto internacional do Rio de Janeiro no dia 22 de agosto de 2001, não pensava nenhum dos meus amigos que seria no solo brasileiro que eu passaria a pior humilhação por ser africano e preto viajando pela « companhia Air France », como viria a me lembrar o policial: « Você viajando com a Air France? ».

Ao mostrar a passagem ao funcionário da companhia, cumprindo as formalidades, este, depois de observar por algum tempo o passaporte, olhou para mim e disse: « Você não pode viajar porque não tem o visto para a Alemanha. » Como eu tinha tomado a precaução de colocar a passagem na página do passaporte onde estava o próprio visto que ele fingiu não ver, respondi: « Seria melhor falar comigo em português porque o seu francês é ruim, e depois olhar bem antes de dizer besteiras ». Nesse

1. No Brasil, os prédios residenciais têm dois tipos de elevadores: o elevador de serviço e o elevador social. O primeiro é reservado aos empregados domésticos e para as mudanças. As empregadas domésticas que se atreviam a usar o elevador social corriam o risco de ser retiradas, às vezes pelo porteiro ou por qualquer morador. Uma vez, a filha do governador do Estado de Espírito Santo, que é negro, foi agredida fisicamente dentro do elevador social por uma moradora branca do prédio e o seu filho. Ela tinha indo visitar a tia que morava naquele prédio. Foi agredida porque recusou usar o elevador de serviço reservado às empregadas domésticas. A moradora pensou que se tratava de uma empregada metida.

meio tempo, uma colega dele surgiu, afirmando que havia problemas na minha conexão Paris/Berlim. Enquanto falava comigo, também falava com alguém, pelo rádio, sobre a minha chegada. Eu disse a essa funcionária que às 19 horas a universidade havia confirmado a conexão por e-mail. Ela pediu desculpas e se retirou da mesma forma como tinha aparecido.

O funcionário desejou-me boa viagem e eu entrei na fila para a sala de espera. Havia muitas pessoas e, de repente, vi três homens saindo da sala e avançando em direção aos passageiros que estavam na fila. O que parecia ser o chefe perguntou em voz alta :

- « - O passageiro do vôo da Air France Alain Kaly.
- Sou eu.
- Pega todas as tuas coisas e acompanha a gente. É a polícia federal ».

O policial, que parecia o chefe, andava na minha frente e dois vinham atrás. Houve de repente um silêncio fúnebre na fila. Virei o foco de atenção de todos os passageiros e acompanhantes. Fui colocado numa sala e obrigado a tirar todas as roupas. Fiquei somente de cuecas. Durante tudo esse período, nenhum policial teve o cuidado de ler o formulário preenchido, explicando os motivos da viagem e nem o que eu fazia no país. Quando me permitiram que eu me vestisse, perguntei inocentemente o porquê de tanta revista. O chefe da operação respondeu : « Escolhemos aleatoriamente quatro passageiros por vôo internacional para revistar. » Mas acontece que fui o único passageiro a ser tirado da fila de maneira humilhante e também o único preto africano que viajaria naquele avião. Disse a ele que faço o doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que estava indo participar num seminário a convite da Universidade de Leipzig. Depois disso ele ficou menos agressivo, mas o seu colega, preto² como eu, continuou a vasculhar, em busca de drogas, os livros que eu havia separado para ler no avião e a sacudir as garrafas de cachaça que estava levando de presente para amigos. Será que ele tinha certeza de que não corria nenhum risco de ser processado por racismo e abuso de poder ? Ou é o próprio Estado que lhe confere todos os poderes para humilhar pessoas que vivem à margem da cidadania em função da cor da pele ? Apesar de tantas perguntas, eu sabia que não fora confundido com outro passageiro ou denunciado como traficante por uma ligação anônima. Havia somente uma explicação : eu era preto e africano, e só podia ser traficante, para dispor de condições financeiras que me permitissem viajar pela Air France. No Brasil, a grande maioria dos pretos que viaja de avião é composta de artistas ou jogadores de futebol. Fora isso, não é comum encontrar passageiros pretos nos vôos domésticos e raramente nos vôos internacionais.

A grande maioria dos passageiros negros dos vôos internacionais para o Brasil é composta de jovens africanos que vêm estudar em várias universidades do país. As universidades brasileiras estão sendo cada vez

2. Os brasileiros hipócritas costumam dizer que o policial negro é quem mais humilha o negro. Os mesmos esquecem que « ser alguém » no Brasil se mede, na maioria dos casos, pelas possibilidades ou meios que cada indivíduo tem para humilhar o outro. O policial preto/negro, mesmo fardado, só está psicologicamente acima de uma pessoa preta. Para mostrar que é « importante » sem correr nenhum risco, esse policial só tem a possibilidade de dar uma « carteirada » (« sabe com quem está falando ? ») para humilhar um preto.

mais procuradas. A grande maioria desses estudantes alega que um dos principais motivos da escolha do Brasil é a suposta democracia racial aqui existente³. Mas as constantes humilhações sofridas, em razão dos diferentes tipos de discriminação, estão transformando esses estudantes em atentos observadores e novos debatedores da discriminação à brasileira.

O olhar do migrante

Stuart Hall afirma que o « olhar do migrante é o mais verdadeiro » (Hall 2000)⁴. Eu acrescentaria que o « olhar » e « os ouvidos » fazem com que o relato do migrante seja um dos mais fiéis, o mais próximo possível do que é verdadeiro, pois o migrante tem muito mais compromisso com o relato de um acontecimento do que com o local que o acolheu. O Brasil faz sonhar qualquer ser humano, homem ou mulher, de qualquer parte do mundo, de qualquer credo religioso e de qualquer opção sexual. Muitas pessoas acreditam que o Brasil tem as mulheres mais lindas por causa da mistura das « três raças ». Uma das primeiras vontades de conhecer o país passa pelas belas « mulatas » – cartões postais das agências turísticas do país – que são mostradas como frutos maduros à espera de consumidores razoavelmente endinheirados⁵. Mas cabe salientar que essas « mulatas » constituem a prova de que a mulher negra continua sendo tratada principalmente como objeto sexual : « São boas de cama. » O corpo parece ser a única coisa interessante que elas possuem, ou que têm a dar. Isso faz com que « querer » uma brasileira seja o primeiro motivo da viagem rumo ao « paraíso terrestre » sul-americano⁶.

Contrariamente à África do Sul ou aos Estados Unidos da América, onde famosos escritores brancos e negros, homens e mulheres, produzem bons e numerosos romances sobre conflitos raciais, o silêncio da grande maioria dos excelentes romancistas brasileiros sobre esse tema continua contribuindo para que o Brasil seja visto como uma nação cuja

3. Os cientistas sociais que trabalham sobre as questões raciais no Brasil sustentam que a tese da democracia racial foi derrubada. Acontece que fora do país, continua prevalecendo a existência da democracia racial. E o presidente da República reiterou isso durante o seu discurso depois dos atentados do dia 11 de setembro nos Estados Unidos. « O Brasil é um país de perfeito convívio racial e religioso », disse ele.

4. S. HALL, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Ed. DP & A, 2000.

5. CHAME/FFCH/UFBa. 1994, *Relatório, « Dossier Suiça »*, Salvador – Bahia, ed. GSH Gráfica Santa Helena. No verão de Salvador e em várias partes do Nordeste, as cidades estão cheias de turistas europeus majoritariamente homens solteiros. São caçados em toda parte por mulheres que vêem em muitos deles a oportunidade de sair do país para escapar da miséria. Há um uso dos dois lados.

6. Quando estava relendo o texto, um colega trouxe-me a revista das Escolas de Samba do Rio *Babadinho do Samba* (Setembro 2001 : 9). Uma longa matéria é consagrada à musa do carnaval : « Luciana Sargentelli. Deliciosa mistura brasileira ». « Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça ! É por este motivo que estrangeiros e nativos do paraíso chamado Brasil enlouquecem com o resultado da mistura de uma forma primeira composta de negros, índios e brancos. E desta mistura saem esculturas perfeitas, dotadas de tamanha beleza que por vez até exportamos. Numa percentagem de dez homens de todo o mundo, é unânime a preferência por nossas beldades. Aqui há para todos os gostos, para gregos e baianos. Porém, em outro lugar não há a exclusiva arte desenvolvida por negros e brancos : nossas mulatas ».

« democracia racial » foi e continua sendo um sucesso total⁷. Se por um lado a grande maioria dos romancistas fez um pacto de silêncio sobre os problemas raciais no Brasil, pelo outro, ao ler a grande maioria da produção de alguns cientistas sociais e cientistas políticos brasileiros e brasilianistas que trabalham sobre a questão racial brasileira, parece-me que a primeira preocupação deles gira em torno da situação do negro no mercado de trabalho. Temos a sensação de que, para esses cientistas, a situação da grande maioria dos negros brasileiros se resolveria com um bom emprego⁸. Tais estudos, o discurso do senso comum e a ideologia dominante sustentam que o *racismo à brasileira* é social e não racial. « O negro é discriminado por ser pobre ». Mas a leitura do trabalho dos pesquisadores brasileiros que se ocupam da questão nos traz uma outra surpresa : a preocupação de ser muito « cientista », o não envolvimento com o assunto.

No seu livro *Orfeu e o Poder. Movimento Negro no Rio e São Paulo*, Michael G. Hanchard começa a sua análise relatando o seu primeiro face a face com o racismo no « paraíso terrestre » : « Terminadas as compras, logo depois de passar pela caixa, dirigi-me à saída principal e fui detido por um funcionário, que me perguntou se eu havia comprado as mercadorias das sacolas que estava carregando. Respondi que sim e já me dispunha a apresentar a nota da caixa, quando ele sussurrou alguma coisa a um gerente que estava ali por perto »⁹. O incidente que aconteceu com Hanchard, pesquisador norte-americano, mas preto, mostra por si só que a grande maioria dos cientistas brasileiros pretos, mulatos – em suma, negros – trabalhando com a questão racial no Brasil tem várias histórias pessoais que poderiam enriquecer as suas análises e talvez vir a proporcionar o surgimento de novos conceitos relativos ao « racismo à brasileira ». Por que essas histórias dolorosas, mas ao mesmo tempo tão ricas, estão sendo caladas em nome da Ética da Ciência ? E que Ciência ? E quem determina o que é ciência ou não ? Alguém que nunca « teve o seu dia de preto »¹⁰ ? Ou aqueles incumbidos de salvar a ética da Ciência ? :

7. Muitos cientistas sociais brasileiros que trabalham com a questão racial (Sérgio Guimarães, Nelson do Valle Silva, Nadya C. Guimarães, entre outros), assim como militantes do Movimento Negro, sustentam que o mito da « democracia racial », criado e defendido por Gilberto Freyre, foi derrubado. Pode ter sido, mas somente na academia. Quem tem acesso às teses de ciências sociais ?
8. Vide os trabalhos de F. FERNANDES, *A integração do Negro na sociedade de classe*, São Paulo, Ática, 1978 ; T. AZEVEDO, *As elites de cor numa cidade brasileira : um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1996 ; L. BAIROS, V. Sá BARRETO & N. Castro GUIMARÃES, « Vivendo em Sobressalto », in *Trabalho e desigualdades raciais. Negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*, São Paulo, Annablume Editora Comunicação Ltda, 1998 : 41-66 ; M. AGIER, « Classe ou Raça ? Socialização, trabalho e identidade opcionais », *Análise & Dados*, Salvador, III (4), março, 1994 ; D. PIERSON, *Branços e pretos na Bahia*, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1945.
9. M.G. HANCHARD, *Orfeu e o poder. Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001 : 17.
10. Certa vez, depois da leitura do livro de A. NASCIMENTO (*O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo mascarado*, Rio de Janeiro, 1975) perguntei ao meu professor por que os livros de Nascimento não faziam parte da bibliografia sobre questões raciais brasileiras. O mesmo respondeu-me que Nascimento era mais militante do que acadêmico. É o mesmo caso de *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de JESUS (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1963) que também não é discutido nas universidades. Será que por ter sido escrito por uma favelada semi-analfabeta ? Os jovens cientistas sociais brasileiros negros estão também calando suas histórias em nome da ciência. Mas não se poderia ver

« Ce n'est paradoxal que si l'on oublie que la constitution d'un sujet narratif, si anormal ou original soit-il, reste un acte éminemment social, donc, a derrière lui ou en lui, l'autorité de l'histoire et de la société. Il y a d'abord l'autorité de l'auteur – personne qui couche par écrit les processus sociaux d'une manière institutionnalisée, acceptable, en respectant des conventions, en suivant des modèles, etc. Puis il y a celle du narrateur, dont le discours ancre le récit dans des circonstances reconnaissables, donc dotées de référents existentiels »¹¹.

Às vezes o ser humano faz uso de todas as suas forças para evitar determinados encontros que podem vir a atrapalhar a sua vida quotidiana. Mas às vezes parece que o ser humano já foi escolhido pelo Destino para cumprir certas missões ou carregar certos tipos de cruz. No caso brasileiro, parece que o preto é condenado a humilhações vindas de todos os lados. Essa sensação foi muito bem sintetizada, sob a forma de perguntas, por Márcia Lisboa :

« A democracia racial brasileira é um mito ou realidade ? A escravidão, por si só, explica o fato de os negros serem tão pouco presentes nos estratos mais altos da política e da economia ? Por que, apesar de trabalharem tanto pelo desenvolvimento do país, os afro-brasileiros tiram tão poucos benefícios dele ? ».

Essas perguntas, além de tantas outras, e as humilhações sofridas quase quotidianamente, fazem com que estudar o racismo se torne, para nós, um assunto que se impõe por si mesmo. Estudar essa problemática permite a apreensão do « eu » de um preto, numa sociedade que sempre cultivou o mito da democracia racial. Mas há sempre escapatórias : fechar os olhos e os ouvidos, ser *muito cientista*, viver fingindo que não somos vítimas do racismo por causa de nossa posição social. Ao contrário, pretendo mergulhar no assunto, encará-lo de frente, ou seja, trabalhar a partir da vida quotidiana de um preto estrangeiro no Brasil.

A ponte entre a África Negra e o Brasil

As migrações de africanos para o continente americano começaram no século XVI e vão se estender até o século XIX, quando se deu a abolição da escravatura. Essas migrações forçadas estabeleceram uma ponte que não só encurtou as distâncias transatlânticas entre essas duas partes do planeta, mas sobretudo tornaram suas histórias imbricadas e complementares em determinadas temáticas. As fontes históricas que relatam os tempos sombrios das primeiras e mais sangrentas migrações parecem, à primeira vista, ser somente os relatos dos vencedores. Mas os vencidos deixaram também muitos relatos a partir dos diferentes tipos de resistências e rebeliões. A grande maioria dos relatos das resistências e rebeliões de escravos feitos pelos vencedores são na realidade uma colocação de novas problemáticas que dizem respeito às relações entre o « eu » e o « outro ». Mesmo sendo senhores, estes acabavam por descobrir, a partir das resistências

nesse silêncio a falta de liberdade para expressar livremente os seus pensamentos e angústias ?

11. E.W. SAÏD, *Culture et impérialisme*, Paris, Fayard – Le Monde Diplomatique, 2000 : 132.

individuais ou coletivas e das rebeliões dos escravos, que aqueles que pareciam domados não o eram como se imaginava. Percebe-se, diferentemente do que pensa Lená Medeiros Menezes¹², que as questões no tocante às relações entre o « eu » e o « outro » existem desde que o ser humano começou a se deslocar. Porém, com a globalização e o desenvolvimento dos meios de comunicação, essas questões tornaram-se mais visíveis. E, contrariamente aos migrantes forçados do tempo da escravidão, os atuais, refugiados ou migrantes voluntários, à procura de melhores condições de vida, conseguem relatar suas experiências de vida sem a interferência dos dominadores, como sustenta Homi Bhabha¹³.

Da segunda metade do século XIX até o final da quarta década do século XX, o Brasil foi um dos países do continente americano que mais receberam estrangeiros vindos da Europa, graças à política do embranquecimento. A promoção da imigração europeia visava também obter mão-de-obra dócil para as plantações de café, sobretudo paulistas. Durante esse período, as fronteiras foram fechadas aos migrantes africanos e asiáticos (amarelos), assim como aos negros norte-americanos, que pretendiam instalar-se no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Estes pertenciam às « raças inferiores ». Isso foi bem explicitado no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, citado por Menezes :

« [...] Uma das mais palpitantes necessidades a que convém atender, para fomentar a expansão das forças produtoras da República, é sem dúvida o desenvolvimento da imigração europeia, o que somente se poderá conseguir mediante disposições que garantam o estabelecimento de uma corrente de imigrantes laboriosos e morigerados, assegurando-lhes os auxílios e recursos necessários para a sua conveniente colocação »¹⁴.

As relações entre o Brasil e boa parte da África foram estabelecidas em meio a vários processos sócio-históricos. O primeiro, que se estendeu por três séculos, foi a escravidão. O segundo começou com o retorno de alguns ex-escravos à « terra natal » ou dos antepassados – os descendentes destes são hoje encontrados com maior frequência no Benim. Depois da abolição da escravatura no Brasil, houve um hiato nas relações entre este país e a África Subsaariana. O Brasil desenvolvera e mantinha relações comerciais com os países do Norte da África e com a África do Sul. Só na década de sessenta é que a diplomacia brasileira vai mudar sua política com relação à África Negra.

A vinda de africanos para o Brasil foi dificultada até os anos 1950. Na década seguinte, teria início a migração de jovens africanos oriundos de países recém-independentes. Em 1961, o presidente Jânio Quadros implementou a *Política externa independente*. Era o início da libertação do jugo norte-americano, isto é, o presidente da República não queria que a diplomacia brasileira fosse atrelada aos interesses e vontades dos Estados

12. L. Medeiros MENEZES, *Estrangeiros no Brasil: políticas de migração em perspectiva histórica. Memória de homens e mulheres migrantes*, Brasília – Itamaraty, Seminário internacional, 2000, multigr.

13. H. BHABHA, *O local na cultura*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

14. Cabe salientar que os escravos africanos foram libertos sem beneficiar de nenhuma ajuda governamental e que, após a abolição, os recém-libertos não tinham como começar uma nova vida. Com o fim da escravidão, os escravos foram libertados, mas não ganharam a liberdade.

Unidos. A nova postura da diplomacia brasileira vai propiciar a abertura de embaixadas (Senegal, Gana, notadamente), bem como a assinatura de convênios de cooperação cultural e técnica com os novos países independentes da África Negra. Esses convênios deram início à vinda de estudantes africanos para estudar em várias universidades do país.

Em 1964, o presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, visitou o Brasil. Mas foi recebido muito mais como intelectual do que como presidente de uma República. No Rio de Janeiro, assim como em Salvador, Senghor foi recepcionado por bandas militares compostas quase exclusivamente de músicos negros¹⁵. Parece que a montagem surtiu efeito no caso de Senghor, pois, em seu discurso proferido na Universidade Federal da Bahia-UFBa, ele defendeu o exemplo brasileiro de « democracia racial ». Para ele, a perfeita integração das raças no Brasil deveria servir de exemplo para a humanidade. Mas que conhecimento tinha Senghor da « perfeita » democracia racial brasileira ?

Ao chegar a Salvador, vinte e sete anos depois da sua visita, dei-me conta de que o presidente e poeta Senghor tinha uma visão idílica da sociedade brasileira, no que diz respeito à democracia racial. Mas entendo que a diplomacia tem suas normas, que Senghor precisava respeitar. Ele não podia perceber que a democracia racial, tão proclamada por alguns brasileiros ilustres (Gilberto Freyre, Jorge Amado por exemplo), limitava-se praticamente ao cruzamento biológico. Realidade muito bem percebida por Carlos Hasenbalg :

« Sabemos que as chances de vida inferiores a que pretos e pardos estão expostos em decorrência do racismo passado e presente começam no momento da concepção e acompanham as pessoas ao longo de todo o seu ciclo de vida¹⁶ ».

Como fica então a vida cotidiana dos estudantes pretos africanos (de ambos os sexos) numa sociedade cujo preto/negro nativo é tão inferiorizado, hostilizado e humilhado, vivendo quase sempre em situação de subalternidade ? Quem são eles e como se dá a nova sociabilização no país que os acolhe ?

Estudantes africanos ?

Os chamados estudantes africanos que vieram para o Brasil deixaram suas respectivas famílias, os seus bairros e cidades, como Mancagne, Peul, Serere, Diola, Ibo, Banto, Soninké, Bambara, Dioula, Ewe, Touare, Dinka, pegaram o avião como senegaleses, guineenses, camaronenses, gaboneses, marfinenses, argelinos, egípcios, cabo-verdianos, angolanos,

15. As autoridades baianas voltaram a praticar o mesmo tipo de hipocrisia durante a primeira visita de Nelson Mandela, depois da sua saída da prisão. Nesse caso, as autoridades locais levaram a hipocrisia ao cúmulo, afirmando que não existiam problemas raciais no Estado. Mas o engraçado é que não havia nenhum negro no primeiro, segundo ou terceiro escalões do governo baiano. Pode-se então supor que essas autoridades tenham incluído os motoristas negros engravatados como fazendo parte da elite governamental.

16. C. HASENBALG, « A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil », in *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Editora Fundo, 1992 : 22.

moçambicanos, são-tomeenses, e aqui chegaram como « africanos ». No país que os acolheu, as diversidades culturais, lingüísticas e étnicas são eliminadas e eles se vêem reduzidos à categoria de monogrupo. Enquanto os estrangeiros europeus, asiáticos e norte-americanos são tratados a partir de suas nacionalidades próprias, os da África, não. Somos « africanos », com tudo o que isso carrega de negativo.

Além das tonalidades da cor da pele e da nacionalidade, cabe salientar também que os chamados estudantes africanos que vêm para cursar a graduação não chegam aqui em pé de igualdade com os demais. A grande maioria deles vem com a bolsa paga pelo país de origem, por organismos internacionais ou pelo próprio Brasil, no caso de procederem de países cuja língua administrativa é o português (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Para contribuir para a formação dos quadros desses países africanos, o Brasil, além de disponibilizar vagas nas universidades, às vezes financia bolsas via o programa de PEC-G. Os estudantes de marinha mercante vêm com bolsa do país de origem. A grande maioria dos estudantes senegaleses e marfinenses vem por conta própria¹⁷. Nesses casos, são as próprias famílias que sustentam os estudos do/a filho/a. Entre os chamados estudantes africanos, cabe salientar que há também estudantes com *status* social mais elevado : os filhos de diplomatas credenciados no Brasil.

Mas o que caracterizaria todos esses estudantes tão diferentes ? A cor da pele. São quase todos pretos. Se a cor da pele constitui, para o olhar do brasileiro, o elemento homogeneizador desses estudantes (somos vistos e tratados como provenientes de um mesmo país), essa mesma cor já os coloca nas camadas sociais mais inferiorizadas, mais humilhadas e hostilizadas da sociedade brasileira : os pretos nativos. Quem são esses pretos nativos ? Pessoas vivendo à margem da cidadania. Pessoas periféricamente integradas à sociedade brasileira. Os estudantes africanos pretos recebem, basicamente, os tratamentos dispensados aos pretos brasileiros ; isto é, são tratados como se fossem necessariamente pessoas pobres, analfabetas, perigosas, faveladas, ignorantes. Os tratamentos racistas, inferiorizantes e estereotipados, que fazem parte da vida cotidiana dos estudantes pretos, são dispensados por brasileiros de todas as camadas sociais e de todas as tonalidades de pele. A grande maioria dos brasileiros acha-se « superior » aos africanos. Cabe salientar que humilhar aquele que é tido como inferior é uma prática constante. Parece que a « respeitabilidade » se adquire com a humilhação dos outros.

Lená Medeiros Menezes utilizou depoimentos de dois imigrantes : um francês e um angolano¹⁸. O primeiro constatou que há um « certo complexo de inferioridade do brasileiro com relação aos países desenvolvidos, sendo muito comum o estrangeiro deparar-se com perguntas como : "Por que é que você veio para o Brasil ? Não era melhor lá ?" » Na maioria dos casos, segundo ela, « as pessoas esperam um certo distanciamento e postura de

17. Antes do real - atual moeda brasileira -, era muito barato para estudantes africanos estudar no Brasil sem bolsa de estudos. Muitos aplicavam dinheiro na poupança e viviam dos juros, somados a atividades, como professor de francês. Com a valorização do real, poucos estudantes sem bolsa estão se aventurando a vir para o Brasil.

18. L. Medeiros MENEZES, « Estrangeiros no Brasil... », *op. cit.*

superioridade por parte dos estrangeiros ». Se o primeiro imigrante fez essa constatação, tendo sido tratado como « superior » no seu dia-a-dia, o segundo imigrante foi considerado inferior. « Uma de suas grandes surpresas ao chegar ao país foi, justamente, o preconceito reinante, tanto com relação ao estrangeiro, quanto com relação ao negro e, principalmente, ao negro estrangeiro¹⁹. » Os dois depoimentos permitiram à autora destacar que não se pode supor que os imigrantes encontrem os mesmos problemas.

No entanto, a análise de Menezes perde um pouco por não explorar os dois contextos. O imigrante do chamado Primeiro Mundo sofre também com a discriminação, de natureza bem diferente, é claro. Nesse caso, ele é constantemente lembrado, não sem um certo desdém, que é estrangeiro quando emite opiniões (críticas) sobre o país que, na visão dos brasileiros, só eles próprios poderiam externar. Um estrangeiro não poderia criticar o Brasil. Na maioria dos casos, o que este vai ouvir é : « E por é que você não volta, se lá se é melhor que aqui ? ». Essa posição reflete, na realidade, um certo complexo de inferioridade. O segundo imigrante fez uso da palavra negro²⁰. Cabe salientar que, dentro desse conceito, se encaixam brasileiros de várias tonalidades de cor da pele. Mas as pessoas que mais sofrem por causa da cor da pele são as de cor preta. O que o imigrante angolano chamou de « negro estrangeiro » seria na realidade « o preto²¹ estrangeiro ». Como o nosso imigrante angolano é universitário e a autora, brasileira, os dois fazem uso da palavra « negro » no lugar de « preto/a » porque isso é politicamente mais correto.

A vida cotidiana dos estudantes africanos no Brasil

Na década de noventa, todos os estudantes estrangeiros dos países cuja língua oficial ou administrativa não era o português, faziam o curso de língua portuguesa na mesma universidade. A turma de 1990 fez esse curso na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mas, naquele ano, os estudantes oriundos do continente africano eram os mais numerosos. Logo em seguida, em termos de quantidade, vinha o grupo das Antilhas.

A nossa chegada provocou mudanças na vida cotidiana da universidade, no campus e, sobretudo, no restaurante. Éramos quarenta estudantes pretos da África e do Caribe. Na fila do restaurante, os estudantes estrangeiros falavam suas línguas maternas, nunca ouvidas pelos brasileiros, assim como as línguas administrativas de seus respectivos países. Na sexta-feira, os estudantes africanos muçulmanos usavam os seus

19. *Ibid.* : 12-13.

20. Muitos estudiosos costumam designar por negros os pretos e pardos. Apesar das diferenças na tonalidade da cor da pele, quando se trabalha com dados socioeconômicos, percebe-se que os brasileiros dessas duas categorias de cor vivem na mesma situação socioeconômica e cultural, abaixo dos brancos.

21. Na vida cotidiana, os brasileiros não fazem uso da palavra preto/a para se referir a uma pessoa. Preferem qualquer outra denominação, para « não ofender ». Para eles, a palavra seria depreciativa, inferiorizante. A mesma palavra, contudo, é usada quando surge um conflito. É usada para lembrar à vítima de que ela é um ser inferior, « ignorante » ou « seu preto sujo, seu macaco ». Nesse caso, essa palavra tem o mesmo sentido que macaco. Por causa da pressão dos movimentos negros e de alguns cientistas sociais, usam-se hoje muito mais a palavra negro/a nos censos.

grands boubous. Isso, aliado ao fato de não haver quase estudantes pretos/as brasileiros/as na universidade, aumentava ainda mais o estranhamento. As únicas pessoas que demonstravam felicidade com a nossa chegada eram os funcionários pretos/negros da universidade. A nossa presença parecia constituir para eles a prova de que os « pretos/negros », tendo condições para estudar, podiam chegar à universidade como « qualquer pessoa ». Muitos nos procuravam para conversar sobre a África e nos explicavam a situação dos afro-brasileiros. Foram, na minha opinião, os nossos primeiros « professores » de relações raciais no Brasil. As suas explicações nos permitiram apreender as razões da quase ausência de pretos/negros na universidade. Ela não podia ser explicada a partir do pequeno número de negros no Estado, mas sim pela má qualidade do ensino público secundário.

Mas cabe salientar que a nossa chegada foi muito bem preparada pelas autoridades universitárias responsáveis pelo restaurante. Elas esperavam pessoas que vinham diretamente das florestas africanas para a vida urbana, pessoas que talvez não soubessem o que é uma cidade, sem nenhum contato com a « civilização ». No restaurante, muitos estudantes e funcionários nos observavam para se certificar se sabíamos usar um dos « instrumentos da civilização »: *comer à mesa*. Ao sentar para almoçar, podíamos sentir que estávamos sendo observados por muitas pessoas ao redor. As preocupações conosco foram tantas que, durante a primeira semana, serviam bananas como sobremesa no almoço e no jantar. Conversando um dia sobre a qualidade da sobremesa, um funcionário responsável pelo intercâmbio nos confidenciou que a direção do restaurante tinha comprado muitas bananas, porque fora informada de que essa era a nossa preferência²². Não demorou muito para que os nossos « observadores » nativos percebessem que esses pretos « comedores de bananas », sem « civilização », conheciam bem « *les bonnes manières* ». Fomos então elevados à categoria de pessoas, de gente.

Como já chegamos condenados pela cor da pele num país em que esse traço é um passaporte valioso, somos levados a discordar da seguinte afirmação de Simmel :

« Lorsque l'étranger est d'un pays, d'une ville, d'une race différente, ses caractéristiques individuelles ne sont pas perçues : on ne fait attention qu'à son origine étrangère, qu'il partage ou peut partager avec beaucoup d'autres »²³.

Essa afirmação não abrange os estudantes pretos pois, na maioria dos casos, o tratamento está relacionado com a tonalidade da cor da pele. Quanto mais escura é esta, pior é o tratamento. Mesmo sendo estrangeiros,

22. Quando penso nesta estada, fico triste com o papel que podem desempenhar o cinema e a televisão. Apesar de serem universitários e funcionários federais, todos os estereótipos dos filmes de Tarzan nas florestas africanas estão aí presentes. Se os filmes holywoodianos mostram, de um lado, um branco com alta consciência ecológica e, do outro, africanos cruéis, bárbaros e « sem nenhuma civilização », *Um Príncipe em Nova York* de Eddy Murphy, mostra somente a extravagância de um nobre africano que pretende encontrar uma mulher civilizada em Nova York. Esses filmes criam estereótipos que perduram. Mas no caso brasileiro os estereótipos existentes desde o tempo da escravidão não mudaram muito.

23. G. SIMMEL, « Digression sur l'étranger », in *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Aubier, 1979 : 53-59.

a cor da pele lhes atribui uma carga negativa, depreciativa e inferiorizante. Eles recebem primeiramente o tratamento inferiorizante dispensado ao preto brasileiro²⁴. Podem vir a ser tratados como seres humanos quando tiverem a possibilidade, o tempo e o espaço para provar que são estrangeiros e sobretudo estudantes universitários.

O segundo teste foi com as aulas de português. Nenhuma professora teria apostado que os seus alunos pretos conseguiriam expressar-se em português no espaço de dois meses. O espanto das professoras e monitoras com o nosso desempenho expressava a dúvida que elas tinham. O espanto, sentíamos, não era por causa do nosso progresso no aprendizado, mas porque havia uma descrença sobre as nossas capacidades intelectuais para aprender (falar e escrever em quatro meses). Faltava nos dizerem que os pretos são pessoas burras que nunca conseguem ser bons alunos.

Durante o curso, a coordenadora não parava de nos falar da democracia racial. No mês de outubro do mesmo ano, um músico do grupo The Wailers foi barrado num restaurante em Curitiba por ser preto. Quando o dono foi informado de quem se tratava, voltou atrás e pediu desculpas. No dia seguinte, a *Folha de São Paulo* publicou uma reportagem de página inteira sobre o fato. A própria professora trouxe o jornal e leu para a turma. Parecia espantada, pois sempre demonstrara acreditar que existia uma boa convivência racial no Brasil. Uma semana depois, a professora convidou o diretor da faculdade de arquitetura, que era um negro/preto, para fazer uma palestra sobre a situação dos afro-brasileiros. Depois de uma longa análise sobre as causas da marginalização da grande maioria dos afro-brasileiros, a professora passou a falar com muito cuidado a respeito da « democracia racial ».

Depois das aulas de português, cada qual foi para a sua universidade começar as aulas de graduação. Eu fui para Salvador/Bahia, sem imaginar o que estava por vir. As professoras de português não paravam de sustentar que me sentiria em casa, porque a grande maioria da população da cidade era composta de afro-brasileiros. É verdade, mas onde se encontrava esta grande maioria da população de Salvador ?

A grande surpresa aconteceu no dia da matrícula na Universidade Federal da Bahia. Havia pouquíssimos estudantes pretos na universidade. Foi uma surpresa, porque estávamos numa cidade cuja grande maioria da população (70 %) era composta de afro-brasileiros. No entanto, só entre os funcionários de baixo escalão – porteiros, faxineiros, auxiliares de biblioteca e de laboratório, motoristas (de ambos os sexos) e guardas do campus – é

24. As humilhações não acontecem somente fora de casa. Se você estiver dentro do apartamento e alguém bater à porta, ao abrir, a primeira pergunta é: «O/a dono/a da casa está?». «Preciso falar com o/a dono/a de casa». «Me chama o/a dono/a de casa». E se você estiver fazendo a limpeza ou cozinhando e aparecer na porta com vassoura na mão ou com algum utensílio de cozinha, esse brasileiro, que pode ser a pessoa mais «fodida», vai discriminá-lo, inferiorizá-lo, somente por ter a tonalidade da pele mais clara. Na grande maioria dos casos, um/a brasileiro/a de pele mais clara está sempre convencido/a de que é superior a outro/a de tonalidade mais escura. O tratamento dispensado em todos os lugares baseia-se na tonalidade da pele. É por isso que é sempre importante diferenciar «o ser tolerado» e o «ser aceito». No primeiro caso, é o material que abre as portas aos pretos (famosos, conhecidos ou que tiveram tempo de declinar o que são, ou reconhecidos por alguém no ambiente), enquanto que «ser aceito» é ser recebido como pessoa, sem nenhuma preocupação com suas posses.

que a maior parte é afro-brasileira, ou de cor, como se diz no Brasil. São os primeiros que vemos na entrada e também os últimos que vemos na saída do campus²⁵. Nos cursos considerados de « elite » nas universidades brasileiras (medicina, direito, arquitetura, informática – em suma, os que dão maior *status* social/profissional : os cursos « dos doutores »), os raros pretos são em geral estudantes africanos/as e caribenhos/as.

Ao ler o livro de Mary G. Karasch sobre a escravidão no Rio de Janeiro, fica nítido que essa realidade já existia no século XIX. Segundo a autora, a qualidade do ensino da escola primária para os pobres estava « em maré baixa ». Para que uma criança de cor pudesse estudar, os pais tinham de ter muito dinheiro. Já no século XIX, alguns dignitários angolanos e moçambicanos mandavam os seus filhos e filhas para serem educados nas escolas do Rio de Janeiro. « Em 1810, o capitão de um navio negreiro relatou que um dos seus passageiros não era escravo, mas o filho menor (cerca de sete anos de idade) de um dignitário de Cabinda que confiara o menino ao capitão, para que este o levasse ao Rio de Janeiro a fim de ser educado. Na mesma época, D. João VI ordenou que cada uma das suas colônias africanas mandasse dois meninos ao Rio para serem treinados em práticas cirúrgicas, de forma a que pudessem retornar à África e cuidar de seu povo. Tinham chegado ao Rio dois de Angola, um de São Tomé e um da Ilha do Príncipe. Eles recebiam treinamento no Hospital Militar Real, à custa da Coroa. Naquele tempo, uma menina chamada Maria Constantina de Angola estava sendo educada no Rio²⁶ ».

A quase ausência de pretos brasileiros nos cursos de « doutores » – direito, medicina, engenharia, além dos de pós-graduação (mestrado e doutorado) – remonta ao século XIX e continua a se perpetuar. Apesar de uma presença tão antiga, os africanos são sempre vistos e tratados como pessoas que fazem parte de uma raça inferior²⁷, até por pessoas que parecem mais « esclarecidas » : professores universitários, por exemplo. Apesar de serem estudantes universitários/as, são sempre vistos/as e tratados/as primeiramente como funcionários/as. Estes são os últimos na hierarquia da universidade. Ficam abaixo dos estudantes :

« Sabe que a nossa universidade tem elevadores. Tem pessoas que pegam elevadores e outras, as escadas. Eu gosto de pegar o elevador. Um dia, eu estava esperando o elevador, com muitas outras pessoas, e uma professora que também estava na fila começou a dizer que o elevador era só para os

25. Costuma-se ouvir que « fui a tal festa ou lugar, não havia negros ». São tão invisíveis que não estão sendo vistos. Estão sempre na porta ou servindo. Se você é preto africano e o apresentam como « fulano é o meu amigo de tal país da África e colega de faculdade », não fique feliz com tal apresentação. Acabam de dizer aos outros que « ele é um preto, mas é diferente dos nossos. »

26. M. G. KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000 : 296.

27. No artigo « Jornalista que chamou negro de sub-raça é inocentado », a *Folha de São Paulo* noticiou no dia 22 de setembro de 2001 (Caderno 3 : 1) a sentença final do caso de racismo julgado pela Justiça Superior Federal. Segundo a lei brasileira, a discriminação racial é um crime inafiançável. No dia 11 de abril de 1997, o jornalista Cláudio Silveira Cabral Ferreira tinha publicado um artigo no jornal *Tribuna do Ceará*, no qual afirmava que : « Feijoada é comida de músico baiano, negros e índios – sub-raça evidentemente ». Os grupos dos militantes negros entraram com o processo de crime contra o jornalista e perderam. Passado mais de um século da abolição da escravidão, o negro e o índio continuam sendo tratados por certas pessoas ou grupos como pertencentes à raça inferior.

professores e estudantes. As funcionárias não podiam entrar nos horários de maior movimento. Acontece que eu era a única pretona na fila. Um professor meu estava fazendo sinal para a colega dele, me chamando pelo nome para que ela percebesse que eu era sua aluna. A outra não se deu conta disso e continuou falando na fila. Eu não falei nada para ela. Ela percebeu o sinal do meu professor quando o elevador chegou e o meu professor foi falar com ela. Na saída do elevador, a mulher quis falar comigo e eu me fechei. O outro problema que a gente sofre com alguns professores é durante as aulas. Quando devem dar exemplo de qualquer doença, falam sempre que tem na África e os colegas ficam rindo muito. Tem um professor, todos os exemplos que ele citava partiam da África, até que um dia falei para ele que estas doenças tinham também em várias partes do Brasil, por falta de saneamento básico e que, no Brasil, temos o primeiro, segundo, terceiro e quarto mundo. Desde então, nunca mais deu um exemplo a partir da África. Falei para ele que eu tinha certeza que ele não conhecia nenhum país africano e ele ficou calado »²⁸.

No seu livro *O que faz o brasil, Brasil*, Roberto DaMatta dedica um capítulo à « ilusão das relações raciais ». Ele começa essa parte do livro partindo da citação feita por Antonil, no século XVIII, depois de observar a hierarquização da sociedade brasileira. Para DaMatta, o atento observador teria dito que : « O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos. » Cabe salientar, antes de mais nada, que o Brasil não poderia ser analisado sob uma ótica dualista, como já foi assinalado anteriormente. Porém, quando partimos das duas extremidades, entre o branco e o negro, há uma multiplicidade de subtonalidades que, para o senso comum e até para pessoas « esclarecidas », passam a corresponder à raça. Quando um/a brasileiro/a diz : « Sou moreno/a », ele/a está dizendo ao seu ouvinte que a sua raça é morena. Dentre essas múltiplas denominações ou hierarquizações baseadas em tonalidades da cor da pele, o preto seria o último da hierarquia e também da última raça ; isto é, a menos « civilizada ». Isso nos dá a possibilidade de retomar a colocação de Antonil citada por DaMatta, dizendo que « o Brasil é um inferno para o preto, um purgatório para o mulato e um paraíso para o branco ». Este último já nasce cidadão, o mulato é quase cidadão, enquanto o preto seria um brasileiro vivendo na periferia, à margem da cidadania²⁹, como um pária. Os/as pretos/as que têm condições socioeconômicas terão sempre de provar que « não são o que as pessoas pensam que são ». Um preto com um carro novo ou importado é sempre parado pela polícia. É por isso que concordamos com DaMatta, quando este conclui a sua análise sustentando que « o mito das três raças » serviria na realidade para esconder a permanência/ existência da hierarquia entre a raça superior (o branco) e as inferiores (o negro e o

28. S.O. é estudante de medicina na Universidade Federal Uni Rio. Deu-me o seu depoimento no final do ano passado. Os estudantes A. e E. do Haiti fizeram medicina na Universidade Federal da Bahia em Salvador. Os dois contavam que eram sempre barrados, por funcionários pretos, na porta do hospital do Estado da Bahia, quando iam fazer residência. Queriam sempre obrigá-los a entrar pela porta de serviço. Não acreditavam que podiam fazer medicina. Eles tinham que mostrar sempre os seus documentos, enquanto que os seus colegas brancos nunca tiveram problemas na portaria. « O que nos deixava com muita raiva era o fato dos funcionários que nos barravam na porta dos médicos eram quase todos pretos ».

29. É preciso salientar que, quando um brasileiro afirma « sou um cidadão », isto quer dizer « sou uma pessoa honesta, um trabalhador, não sou vagabundo ».

índio). É preciso ressaltar que, quando se fala da questão racial no Brasil, na maioria dos casos, a situação dos índios não é mencionada, pelo fato de terem sido dizimados e os poucos que ainda vivem serem esquecidos.

Se os cientistas sociais, inclusive o brasileiro do senso comum em geral, fazem o uso da palavra negro no lugar de preto/a, este uso cria por si só uma confusão. Esconde a dura realidade quotidiana do preto. Este é o mais prejudicado dentro da hierarquia estabelecida a partir da tonalidade da cor da pele. Como também a situação das mulheres pretas fica analiticamente prejudicada. Acho que é a pessoa que mais sofre com a discriminação. Por isso creio que seria interessante, às vezes, para quem estuda a questão racial no Brasil, salientar a especificidade do mundo da mulher de cor preta.

No Brasil, independentemente do *status* social, o preto é e será sempre tratado como pessoa vivendo à margem da cidadania, periféricamente integrada à sociedade. Em suma, essa integração periférica do preto, do negro, faz dele uma pessoa negativamente famosa. Os cantores baianos Gilberto Gil e Caetano Veloso eternizaram essa realidade com a música « Haiti ».

Quando você for convidado para subir no adro
Da Fundação Casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
Que são quase todos pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo.

Não é por acaso que os dois cantores intitularam a música « Haiti » ao se referirem à realidade do preto da cidade de Salvador. A primeira revolução comandada por ex-escravos e escravos aconteceu no Haiti, no século XIX. Como também algumas das maiores rebeliões de escravos aconteceram em Salvador no mesmo século. Na segunda metade do século XX, os jovens afro-brasileiros de Salvador fizeram uso do carnaval para expor os males (a falta de educação de qualidade, de moradia, a violência policial, a falta de saneamento básico, etc.) que fazem parte da vida quotidiana da grande maioria dessa população. Apesar do reconhecimento lá fora, os mesmos continuam sendo tratados pelo Estado da Bahia, via as autoridades policiais, como pessoas vivendo à margem da cidadania.

Para os dois cantores, o tratamento reservado aos pretos ou quase pretos seria resultante da cor da pele, da ascendência e da pobreza material. Mas eles nos lembram também que os mulatos, quase brancos pela tonalidade da cor da pele, e os brancos pobres recebem o mesmo tratamento que os pretos. Isso para confirmar o ditado baiano que diz que « branco pobre é preto », mas preto rico será sempre preto, pessoa periféricamente integrada na cidadania.

A Fundação Casa de Jorge Amado fica no Pelourinho, local onde os escravos eram castigados. É nesse mesmo local que os seus descendentes continuam sendo castigados pelas autoridades policiais.

Nem a lente do fantástico, nem um disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for ver a festa no Pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui.

Quando a televisão mostrou as imagens da pobreza no Haiti, devido às sangrentas manifestações do final da década de oitenta e início de noventa naquele país, parecia uma realidade distante da vivenciada pelos « quase pretos » brasileiros. Porém, para os cantores, a distância é somente geográfica. Apesar da fama internacional do Olodum, depois do disco com Paul Simon, a situação do preto em Salvador e no país inteiro não mudou nada. Ele continuou sendo vítima de todos os tipos de agressões. Da mesma forma que continua sem amparo jurídico, por não ser ainda visto e tratado como cidadão. É por isso que os policiais não tinham nenhuma preocupação pelo fato de baterem nos pretos ou nos « quase pretos » diante das câmeras de televisão e dos turistas de várias partes do mundo que visitam o Pelourinho. Os mesmos cantores salientam que nem é preciso ir a Salvador ou ao Pelourinho para presenciar as cenas de brutalidade contra os pretos ou « quase pretos ». Mesmo ficando em casa, as pessoas devem saber que, em determinado local da cidade ou do país, os pretos ou quase pretos, por serem pobres, estão sendo brutalizados e/ou assassinados pelas autoridades policiais, ou estão sendo constantemente marginalizados socialmente pelas autoridades governamentais. Infelizmente, essa é uma verdade que todos os brasileiros conhecem e que, às vezes, é compartilhada por boa parte da população.

Ao ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos, quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos.

As cadeias brasileiras seriam feitas para os pobres, cuja maioria é de origem afro-brasileira. E como sustentava Aimé Césaire, referindo-se à realidade do preto, « *on pouvait le rouer de coups sans avoir de comptes à rendre à personne* ». Nas cadeias brasileiras, os presos são vistos e tratados como se fossem pretos.

O problema aqui abordado é muito parecido com os já analisados por Lisboa e West, em outros contextos. É por isso que as perguntas colocadas por Márcia Lisboa e as letras da música de Caetano e Gil não tratam na realidade da situação do preto ou « quase preto », mas sim das imperfeições da sociedade, como diria Cornel West a respeito da realidade do negro norte-americano. « Para abordar com eficácia a questão racial nos Estados Unidos, precisamos começar não pelos problemas dos negros, mas pelas imperfeições da sociedade norte-americana - imperfeições que têm suas raízes em desigualdades históricas e em estereótipos culturais há

muito existentes »³⁰. A situação vivenciada pelo preto estrangeiro seria decorrente das imperfeições da sociedade brasileira, cujo objetivo é manter os descendentes de escravos no último lugar da hierarquia social. Se muitos cientistas sociais já mostraram isso, ao estudar a vida cotidiana dos estudantes pretos africanos, pretendemos mostrar que a integração do preto/negro brasileiro não teria somente a ver com uma boa profissão e uma boa educação.

E como as imagens invadem as casas muito mais facilmente que um romance, e sobretudo como uma análise sócio-antropológica que trate da problemática racial, da situação socioeconômica vivenciada pela grande maioria das pessoas de origem africana permanecerá um enigma num país que ainda crê apresentar « maior tolerância racial ». Os estudos de casos não poderiam possibilitar a criação de novos conceitos para uma melhor análise do « racismo à brasileira » ?

Outubro de 2001

Alain Pascal KALY

Estudos Internacionais Comparados
CPDA/Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro

30. C. WEST, *Questão de raça*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994 : 19.
